



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672
CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



AUTÓGRAFO DO PROJETO N°011/2007

“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2008 e dá outras providências.”

Disposições Preliminares

Art.1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2008, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XI – definição de critérios para início de novos projetos;

XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;

XIII – incentivo à participação popular;

XIV – as disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2008, especificadas de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2006–2009, são as constantes no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2008 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2008 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2008 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

Seção II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2006-2009.

Art. 4º. Os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º. Os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos compreenderão a programação dos Poderes do Município,

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – texto da lei;

II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;

III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V – demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º , inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;

II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, conf. Art. 60 do ADCT, com alterações apresentadas na EC 53/2006;

IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2008, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2007, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



Art.8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 9º. O Poder Legislativo encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 de Agosto de 2007, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Subseção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honório Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 12. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será apresentado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

- I – gerados pela empresa;
- II – oriundos de transferências do Município;
- III – oriundos de operações de crédito internas e externas;
- IV – de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Subseção III

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 13. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, através de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 14. Na lei orçamentária para o exercício de 2008, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Subseção IV

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 17. A lei orçamentária poderá conter reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2008, destinada atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2008 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 19. Se durante o exercício de 2008 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário ou horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 20. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2008, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 21. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 22. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 25. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2008 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2008 a 2010, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

- a – a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei;
- b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

- a – implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2008, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem do caput deste artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 28. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 29. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. A lei orçamentária de 2008 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado “Apoio Administrativo” ou de finalidade semelhante.

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1677

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2008 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou altera-la.

§ 1º. Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 36. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica. Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 37. A transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais. Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição Federal.

Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 38. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 39. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2008, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Para atender ao caput deste artigo, os órgãos do Poder Executivo e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2008, os seguintes demonstrativos:



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000; III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2008;

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 40. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2008 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2006-2009 e com as normas desta Lei;

II – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2008, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2007.

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 41. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 42. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2008, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672

CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 43. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2008, mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder

Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Seção XIV

Das Disposições Gerais

Art. 44. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas por transposição, remanejamento ou transferência, justificadamente, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 45. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal.

§1º. A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA

Praça João Honorato Vilas Boas , 29 - Telefone: (0xx35)3456-1672
CEP 37524-000 - NATÉRCIA - ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 46. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 47. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 48. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas e Prioridades;

II – Anexo de Metas Fiscais;

III – Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 15 de maio de 2007.

Ver. José Ovídio Ferreira

Presidente

Ver. Antonio Noel de Souza

Vice-Presidente

Ver. Vera Lúcia Junho dos Reis

Secretaria



ANEXO DE METAS FISCAIS

NATERCIA



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS

LRF, art. 4º, § 1

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2008			2009			2010		
	VALOR CORRENTE (A)	VALOR CONSTANTE	% PIB	VALOR CORRENTE (B)	VALOR CONSTANTE	% PIB	VALOR CORRENTE (C)	VALOR CONSTANTE	% PIB
Receita Total	6.000.000,00	5.714.285,71	0,00	6.000.020,00	5.442.195,01	0,00	6.000.020,00	5.183.042,87	0,00
Receitas Primárias (I)	5.778.322,40	5.503.164,19	0,00	5.858.342,40	5.313.689,25	0,00	5.875.342,40	5.075.341,87	0,00
Despesa Total	6.000.000,00	5.714.285,71	0,00	6.000.000,00	5.442.176,87	0,00	6.000.000,00	5.183.025,59	0,00
Despesas Primárias (II)	5.928.000,00	5.645.714,29	0,00	5.928.000,00	5.376.870,75	0,00	5.928.000,00	5.120.829,28	0,00
Resultado Primário (I - II)	-149.677,60	-142.550,10	0,00	-69.657,60	-63.181,50	0,00	-52.657,60	-45.487,61	0,00
Resultado Nominal	-50.000,00	-47.619,05	0,00	-50.000,00	-45.351,47	0,00	-50.000,00	-43.191,88	0,00
Dívida Pública Consolidada	150.000,00	142.857,14	0,00	100.000,00	90.702,95	0,00	50.000,00	43.191,88	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-120.000,00	-114.285,71	0,00	-170.000,00	-154.195,01	0,00	-220.000,00	-190.044,27	0,00

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - VALORES PREVISTOS (EM REAIS)

2008	2009	2010
0,00	0,00	0,00

ÍNDICES DE INFLAÇÃO -- VALORES PREVISTOS (EM %)

2008	2009	2010
5,00	5,00	5,00

NATERCIA



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2004	%	2005	%	2006	%
Patrimônio / Capital	1.554.591,00	100,00	2.131.506,72	100,00	2.201.443,15	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL PATRIMONIO LIQUIDO	1.554.591,00	100,00	2.131.506,72	100,00	2.201.443,15	100,00



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

RECEITAS REALIZADAS	2004	2005	2006
RECEITA DE CAPITAL	0,00	15.000,00	0,00
Receita de Alienação de Ativos	0,00	15.000,00	0,00
Alienação de bens Móveis	0,00	15.000,00	0,00
Alienação de bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	15.000,00	0,00
DESPESAS LIQUIDADAS	2004	2005	2006
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	15.000,00	0,00
Investimentos	0,00	15.000,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do RPSS	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II)	0,00	15.000,00	0,00
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (III)	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (IV) = (I - II + III)	0,00	0,00	0,00

NATERCIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V

Valores em R\$1,00

SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	TRIBUTO / CONTRIBUIÇÃO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	
		2008	2009	2010		



NATERCIA



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG

EVENTO	VALOR PREVISTO -- 2008
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	0,00
MARGEM BRUTA (III) = (I + II)	0,00
SALDO UTILIZADO (IV)	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III - IV)	0,00

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE NATERCIA - MG

EVENTO	VALOR PREVISTO -- 2008
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	0,00
MARGEM BRUTA (III) = (I + II)	0,00
SALDO UTILIZADO (IV)	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III - IV)	0,00



ANEXO DE RISCOS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO IX - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

LRF, art. 4º, § 3º

Valores em R\$1,00





METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.





MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PROJETADA					
	2005	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%
RECEITAS CORRENTES (I)									
Receita Tributária	5.247.549,16	5.247.051,95	17,32	5.850.000,00	11,49	5.828.100,00	-0,37	5.908.120,00	1,37
Receita de Impostos	222.805,96	167.488,21	-24,83	252.000,00	50,46	354.000,00	40,48	350.042,40	-1,12
Taxas	85.333,30	148.611,96	74,15	185.000,00	24,49	254.000,00	37,30	254.000,00	0,00
Contribuição de Melhoria	137.472,66	18.783,25	-86,34	37.000,00	96,98	55.000,00	48,65	51.042,40	-7,20
Contribuição de Melhoria	0,00	93,00	-100,00	30.000,00	32,58,06	45.000,00	50,00	45.000,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	133.125,59	-100,00	180.000,00	35,21	181.000,00	0,56	181.000,00	0,00
Contribuições Económicas	0,00	133.125,59	-100,00	180.000,00	35,21	181.000,00	0,56	181.000,00	0,00
Receitas Patrimoniais	48.246,27	65.380,47	35,47	35.000,00	-46,45	100.777,60	187,94	100.777,60	0,00
Receitas Imobiliárias	18.998,30	13.838,50	-27,16	20.000,00	44,52	50.000,00	150,00	50.000,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	29.247,97	51.521,97	76,16	15.000,00	-70,89	50.777,60	238,52	50.777,60	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários	29.247,97	51.521,97	76,16	15.000,00	-70,89	49.777,60	231,85	49.777,60	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Receita Industrial	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Receitas de Serviços	4.889,72	2.721,87	-44,33	56.000,00	1.957,41	47.000,00	-16,07	47.000,00	0,00
Serviços de Saúde	1.940,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	12.000,00	-100,00	12.000,00	0,00
Outras Receitas de Serviços	2.949,72	2.721,87	-7,72	56.000,00	1.957,41	35.000,00	-37,50	35.000,00	0,00
Transferências Correntes	4.186.734,76	4.858.661,73	16,05	5.240.000,00	7,85	5.079.022,40	-3,07	5.163.000,00	1,65
Transferências Intergovernamentais	4.186.734,76	4.547.965,11	8,63	5.240.000,00	15,22	5.079.022,40	-3,07	5.163.000,00	1,65
Transferências da União	3.335.550,14	3.579.564,67	7,32	3.999.750,00	11,74	3.998.200,00	-0,04	4.200.400,00	5,06
Transferências dos Estados	965.226,01	1.093.175,90	13,26	1.277.000,00	16,82	1.304.000,00	2,11	1.304.000,00	0,00
Transferências dos Municípios	92.117,12	97.377,78	5,71	120.000,00	23,23	140.000,00	16,67	140.000,00	0,00
Transferências Multigovernamentais	352.291,49	397.064,84	12,71	540.000,00	36,00	500.000,00	-7,41	500.000,00	0,00
Deduções do FUNDEB	-558.450,00	-619.208,08	10,88	-696.750,00	12,52	-863.177,60	23,89	-861.400,00	13,70
Transferências de Convênios	0,00	310.686,62	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Transferências de Conv. União e suas Entidades	0,00	696,62	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Transferências de Conv. Estados, Dist. Federal e suas Entidades	0,00	310.000,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Outras Receitas Correntes	9.872,45	19.694,08	99,49	87.000,00	341,76	66.300,00	-23,79	66.300,00	0,00
Mulhas e Juros de Mora	3.377,37	1.918,06	-43,21	11.000,00	473,50	24.100,00	119,09	24.100,00	0,00
Receita de Dívida Ativa	1.444,67	14.467,89	901,47	71.000,00	380,74	15.200,00	-78,59	15.200,00	0,00
Receita da Dívida Ativa Tributária	1.444,67	14.467,89	901,47	71.000,00	380,74	15.200,00	-78,59	15.200,00	0,00
Receitas Diversas	5.050,41	3.308,13	-34,50	5.000,00	51,14	27.000,00	440,00	27.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	15.000,00	0,00	-100,00	15.000,00	-100,00	171.900,00	14,60	91.900,00	-46,54
Operações de Crédito	0,00	0,00	-100,00	100.000,00	-100,00	133.400,00	33,40	53.400,00	-59,97
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	-100,00	100.000,00	-100,00	133.400,00	33,40	53.400,00	-59,97
Alienação de Ativos	15.000,00	0,00	-100,00	50.000,00	-100,00	38.500,00	-23,00	38.500,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	15.000,00	0,00	-100,00	50.000,00	-100,00	38.500,00	-23,00	38.500,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Demonstrativo X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		FIXADA		PROJETADA		
	2005	2006	%	2007	%	2008	%
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
TOTAL (III) = (I) + (II)	4.487.549,16	5.247.051,95	16,92	6.000.000,00	14,35	6.000.020,00	0,00
						6.000.020,00	0,00

Valores em R\$1,00



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG

Conta: 11120200

Descrição: Imposto sobre Propri.Predial e Territorial Urbana

Valor estimado exercício anterior.

	DESCRICAÇÃO
Conta: 11120431	
Descrição: Imp. Renda Retido nas Fontes sob. os Rend.Trabalho	

Valor estimado exercício anterior.

	DESCRICAÇÃO
Conta: 11120434	
Descrição: Imposto Renda Retido Fonte sob. Outros Rendimentos	

Valor estimado exercício anterior.

	DESCRICAÇÃO
Conta: 11120800	
Descrição: Imp.sob.Trans.Inter Vivos Bens Imoveis e Direitos	

Valor estimado exercício anterior.

	DESCRICAÇÃO
Conta: 11130500	
Descrição: Impostos sobre Servicos de Qualquer Natureza	

Valor estimado exercício anterior.

	DESCRICAÇÃO
Conta: 11212500	
Descrição: Taxa Lic.Func.Estab.Comerc.Ind.e Prest.Servico	

Valor estimado exercício anterior.

	DESCRICAÇÃO
Conta: 11212900	
Descrição: Taxa de Licença para a Execuciao de Obras	

Valor estimado exercício anterior.

	DESCRICAÇÃO
Conta: 11212900	
Descrição: Taxa de Licença para a Execuciao de Obras	



NATERCIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Conta: 11222100
 Descrição: Taxa de Servicos Cadastrais

	DESCRICAÇÃO
Valor estimado exercício anterior.	

Conta: 11222800
 Descrição: Taxa de Cemiterios

	DESCRICAÇÃO
Valor estimado exercício anterior.	

Conta: 11229000
 Descrição: Taxa de Limpeza Publica

	DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício.	

Conta: 11229902
 Descrição: Taxa de Expediente

	DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício.	

Conta: 11229903
 Descrição: Taxa de Conservacao de Calcamento

	DESCRICAÇÃO
Valor estimado exercício anterior.	

Conta: 11300200
 Descrição: Contrib. Melhoria Exp. Rede Iluminacao Publica

	DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício.	

Conta: 11300300
 Descrição: Contrib. Melhoria Exp. Rede Iluminacao Pub. Rural

	DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício.	

Conta: 11309900
 Descrição: Outras Contribuicoes de Melhoria

	DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício anterior.	



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Conta: 12202900
 Descrição: Contribuicao Custeio Servico Iluminacao Publica

DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício.

Conta: 13190000
 Descrição: Out.Receitas Imobiliarias

DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício anterior.

Conta: 13220000
 Descrição: Dividendos

DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício anterior.

Conta: 13250102
 Descrição: Receita Rem.Dep.Banc.Rec.Vinc. - FUNDEF

DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício anterior.

Conta: 13250103
 Descrição: Receita Rem.Dep.Banc.Rec.Vinc. - Fundo Saude

DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício anterior.

Conta: 13280105
 Descrição: Rec.Rem.Dep.Banc.Rec.Vinc.- Manut.Desen.Ensino

DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício anterior.

Conta: 13250201
 Descrição: Rem.Dep.Rec.Proprio

DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício anterior.

Conta: 16000501
 Descrição: Servicos Hospitalares

DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício anterior.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Conta: 16000599

Descrição: Outros Servicos de Saude

VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR.	DESCRICAÇÃO

Conta: 16004200

Descrição: Servicos Coleta,Trans.Trat.e Dest.Final Esgotos

VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR.	DESCRICAÇÃO

Conta: 16004400

Descrição: Servicos de Abate de Animais

VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR.	DESCRICAÇÃO

Conta: 16004500

Descrição: Servicos de Prep. Terra em Propr. Particulares

VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR.	DESCRICAÇÃO

Conta: 16004600

Descrição: Servicos de Cemiterio

VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR.	DESCRICAÇÃO

Conta: 17210102

Descrição: Cota-Parte Fundo Participacao dos Municipios - FPM

VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO.	DESCRICAÇÃO

Conta: 17210105

Descrição: Cota-Parte Imposto sobre Propri. Territ.Rural - ITR

VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO.	DESCRICAÇÃO

Conta: 17210113

Descrição: Cota-Parte da Contrib.Interv.Dom.Econo. CIDE

VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO.	DESCRICAÇÃO



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Conta: 17210901

Descrição: Transf. Financeira-JCMS Des Exportacao - LC 87/96

	DESCRÍÇÃO
Valor estimado no exercício.	

Conta: 17212270

Descrição: Cota-Parte Fundo Especial do Petroleo - FEP

	DESCRÍÇÃO
Valor estimado no exercício.	

Conta: 17213301

Descrição: Transferencias de Recursos do PAB-Fixo

	DESCRÍÇÃO
Valor estimado no exercício.	

Conta: 17213302

Descrição: Transferencias de Recursos do PSF

	DESCRÍÇÃO
Valor estimado no exercício.	

Conta: 17213303

Descrição: Transferencias de Recursos do PACS

	DESCRÍÇÃO
Valor estimado no exercício.	

Conta: 17213304

Descrição: Transferencias de Recursos do EPCDOE

	DESCRÍÇÃO
Valor estimado no exercício.	

Conta: 17213305

Descrição: Transferencias de Recursos do CARNUT

	DESCRÍÇÃO
Valor estimado no exercício.	

Conta: 17213306

Descrição: Transferencias de Recursos da VIGSAN

	DESCRÍÇÃO
Valor estimado no exercício.	



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Demonstrativo X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Conta: 17213307
 Descrição: Transferencia de Recursos CARTAO SUS

DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício.

Conta: 17213308
 Descrição: Transferencias de Recursos SAUDE BUCAL

DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício.

Conta: 17213501
 Descrição: Transferencias do Salario Educacao

DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício.

Conta: 17213502
 Descrição: Transf.Diretas FNDE P.Dinheiro Direto Escola PDDE

DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício.

Conta: 17213503
 Descrição: Transf.Diretas FNDE Prog.Nacional Alimentacao PNAE

DESCRICAÇÃO
valor estimado no exercício.

Conta: 17213504
 Descrição: Transferencia Atencao Basica

DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício.

Conta: 17213508
 Descrição: Transf.Programa Nac.Alimentacao Creche-PNAEC.

DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício.

Conta: 17213510
 Descrição: Programa Nac.de Apoio Transporte Escolar-PNATE

DESCRICAÇÃO
Valor estimado no exercício.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Conta: 17213511	Descrição: Manut.Tranporte Escolar-MTESC.	DESCRICAÇÃO
	Valor estimado no exercício.	
Conta: 17220101	Descrição: Cota-Parte do ICMS	DESCRICAÇÃO
	Valor estimado no exercício.	
Conta: 17220102	Descrição: Cota-Parte do IPVA	DESCRICAÇÃO
	Valor estimado no exercício.	
Conta: 17220104	Descrição: Cota-Parte do IPI sobre Exportação	DESCRICAÇÃO
	Valor estimado no exercício.	
Conta: 17220105	Descrição: Manut.Tranporte Escolar-MTESC -ESTADO	DESCRICAÇÃO
	Valor estimado no exercício.	
Conta: 17223301	Descrição: Transferencia Programa Saude em Casa-PSC	DESCRICAÇÃO
	Valor estimado no exercício.	
Conta: 17230101	Descrição: Transf.Rec.Sistema Unica de Saude-SUS	DESCRICAÇÃO
	Valor estimado no exercício.	
Conta: 17240100	Descrição: Transf.Rec.Fundo Manut.Des.Ens.Fundamental-FUNDEF	DESCRICAÇÃO
	Valor estimado no exercício.	



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Conta: 19113800	Descrição: Multa Juros Mora Imp. Prop. Territ. Urbana - IPTU	VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO.	DESCRIÇÃO
		Valor estimado no exercício.	
Conta: 19114000	Descrição: Multa Juros Mora Imposto sobre Serviços - ISS	VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO.	DESCRIÇÃO
		Valor estimado no exercício.	
Conta: 19119900	Descrição: Multas Juros Mora de Outros Tributos	VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO.	DESCRIÇÃO
		valor estimado no exercício.	
Conta: 19131100	Descrição: Multas Juros Mora Div. Ativa Imp. Prop. Territ. Urbana	VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO.	DESCRIÇÃO
		valor estimado no exercício.	
Conta: 19191500	Descrição: Multas Previstas na Legislação de Trânsito	VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO.	DESCRIÇÃO
		Valor estimado no exercício.	
Conta: 19311100	Descrição: Receita Div. Ativ. Impostos Propri.Territ.Pred.Urbana	VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO.	DESCRIÇÃO
		Valor estimado no exercício.	
Conta: 19311300	Descrição: Receita Div. Ativ. Impostos sobre Serv. Qualq. Natureza	VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO.	DESCRIÇÃO
		Valor estimado no exercício.	
Conta: 19909900	Descrição: Outras Receitas	VALOR ESTIMADO NO EXERCÍCIO.	DESCRIÇÃO
		Valor estimado no exercício.	



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Conta: 21149900

Descrição: Outras Operações Cred. Int. Rel. Prog. de Governo

Valor estimado no exercício.

Conta: 22190001

Descrição: Alienação de Bens Moveis

valor estimado no exercício.

DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Demonstrativo XI - Total das Despesas e Memória de Cálculo

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
DESPESAS CORRENTES (I)										
Pessoal e Encargos Sociais	3.959.707,09	4.914.405,95	24,11		5.470.000,00	11,31	5.500.000,00	0,55	5.500.000,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	2.048.632,95	2.800.013,86	36,68		3.005.200,00	7,33	2.961.200,00	-1,46	2.961.200,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	49,82	-100,00		7.000,00	13,950,58	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)										
Investimentos	1.911.074,14	2.114.342,27	10,64		2.457.800,00	16,24	2.531.800,00	3,01	2.531.800,00	0,00
Inversões Financeiras	327.977,98	507.034,18	54,59		530.000,00	4,53	500.000,00	-5,66	500.000,00	0,00
Amortização de Dívida	274.825,10	446.404,61	62,43		465.000,00	4,17	435.000,00	-6,45	435.000,00	0,00
RESERVAS (III)	0,00	0,00	-100,00		0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Reserva de Contingência	53.152,88	60.629,57	14,07		65.000,00	7,21	65.000,00	0,00	65.000,00	0,00
Reserva Orçamentária do RPPS	0,00	0,00	-100,00		0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
DESPESA TOTAL	4.287.685,07	5.421.440,13	26,44		6.000.000,00	10,67	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00	0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DESPESA

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG

Descrição: Despesas com Juros e Encargos

Valor projetado na correção de juros da dívida fundada interna junto a CEE e INSS>

Descrição: Pessoal e Encargos Sociais

Valor estimado com a despesa de pessoal e encargos sociais para os exercícios seguintes foi devido a abertura de concurso para contratação de pessoal no setor da saúde , educação e administração.

DESCRIÇÃO



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Descrição: Outras Despesas Correntes

Descrição:	DESCRICAÇÃO
Descrição: Investimentos	
Valor projetado para os exercícios seguintes conforme levantamento da despesas com material de consumo, serviços de terceiros de pessoas físicas e jurídicas em todos os setores da Prefeitura.	
Descrição: Inversões Financeiras	
Valores projetados para os exercícios seguintes referente aquisição de bens móveis, construções e reformas e predios do município.	
Descrição: Reservas de Contingência	
Não estão previstos nos exercícios seguintes aquisições de bens imóveis.	
Descrição: Reserva Orçamentária do RPPS	
A Prefeitura não preende nos exercícios posteriores lançar mãos de reservas de contingência.	
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE NATERCIA - MG	
Descrição: Despesas com Juros e Encargos	
Câmara não possui dívida fundada interna.	



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Descrição: Despesas com Amortização de Divida

	DESCRICAÇÃO
A câmara não possui dívida fundada interna.	

Descrição: Pessoal e Encargos Sociais

	DESCRICAÇÃO
Mesmos valores estimados para os exercícios seguintes.	

Descrição: Outras Despesas Correntes

	DESCRICAÇÃO
Mesmo valores estandards para os exercícios seguintes	

Descrição: Investimentos

	DESCRICAÇÃO
Mesmos valores estimados para os exercícios seguintes.	

Descrição: Inversões Financeiras

	DESCRICAÇÃO
A Câmara não pretende investir em bens imóveis nos exercícios seguintes.	

Descrição: Reservas de Contingência

	DESCRICAÇÃO
No exercícios seguintes não há aprevisão de Reserva de Contingencia.	

Descrição: Reserva Orçamentária do RPPS

	DESCRICAÇÃO
O município não possui Regime Próprio de Previdência.	



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
Demonstrativo XII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso II

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
RECEITAS CORRENTES (I)						
Receita Tributária	4.472.549,16	5.247.051,95	5.850.000,00	5.828.100,00	5.908.120,00	5.925.120,00
Receita de Contribuição	222.805,96	167.488,21	252.000,00	354.000,00	350.042,40	367.042,40
Receita Patrimonial	0,00	133.125,59	180.000,00	181.000,00	181.000,00	181.000,00
Aplicações Financeiras (II)	48.246,27	65.360,47	35.000,00	100.777,60	100.777,60	100.777,60
Outras Receitas Patrimoniais	29.247,97	51.521,97	15.000,00	49.777,60	49.777,60	49.777,60
Transferências Correntes	18.998,30	13.838,50	20.000,00	51.000,00	51.000,00	51.000,00
Demais Receitas Correntes	4.186.734,76	4.858.661,73	5.240.000,00	5.079.022,40	5.163.000,00	5.163.000,00
Receitas Fiscais Correntes (III) = (I - II)	14.762,17	22.415,95	143.000,00	113.300,00	113.300,00	113.300,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	4.443.301,19	5.195.529,98	5.835.000,00	5.778.322,40	5.858.342,40	5.875.342,40
Operações de Crédito (V)	15.000,00	0,00	150.000,00	171.900,00	91.900,00	74.900,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	100.000,00	133.400,00	53.400,00	53.400,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI)	15.000,00	0,00	50.000,00	38.500,00	21.500,00	21.500,00
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4.443.301,19	5.195.529,98	5.835.000,00	5.778.322,40	5.858.342,40	5.875.342,40



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Demonstrativo XII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso II

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
DESPESAS CORRENTES (X)	3.959.707,09	4.914.405,95	5.470.000,00	5.500.000,00	5.500.000,00	5.500.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.048.632,95	2.800.013,86	3.005.200,00	2.961.200,00	2.961.200,00	2.961.200,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	49,82	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
Outras Despesas Correntes	1.911.074,14	2.114.342,27	2.457.800,00	2.531.800,00	2.531.800,00	2.531.800,00
Despesas Fiscais Correntes (XII) = (X - XI)	3.959.707,09	4.914.356,13	5.463.000,00	5.493.000,00	5.493.000,00	5.493.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	327.977,98	507.034,18	530.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
Investimentos	274.825,10	446.404,61	465.000,00	435.000,00	435.000,00	435.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	53.152,88	60.629,57	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00
Despesas Fiscais de Capital (XV) = (XIII - XIV)	274.825,10	446.404,61	465.000,00	435.000,00	435.000,00	435.000,00
RESERVAS (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva Orçamentária do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NAO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	4.234.532,19	5.360.760,74	5.928.000,00	5.928.000,00	5.928.000,00	5.928.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	208.769,00	-165.230,76	-93.000,00	-149.677,60	-69.657,60	-52.657,60



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO XII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG

Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Primário

DESCRIÇÃO

O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pelo STN, relativas as normas da contabilidade pública

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE NATERCIA - MG

Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Primário

DESCRIÇÃO

O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pelo STN, relativas as normas da contabilidade Pública.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO NOMINAL E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	288.108,41	247.276,45	200.000,00	150.000,00	100.000,00	50.000,00
DEDUÇÕES (II)	137.432,53	122.012,20	270.000,00	270.000,00	270.000,00	270.000,00
Ativo Disponível	218.737,66	402.819,84	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
Haveres Financeiros	23.457,16	17.664,34	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	104.762,29	298.471,98	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	150.675,88	125.264,25	-70.000,00	-120.000,00	-170.000,00	-220.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV)	150.675,88	125.264,25	-70.000,00	-120.000,00	-170.000,00	-220.000,00
RESULTADO NOMINAL	0,00	-25.411,63	-195.264,25	-50.000,00	-50.000,00	-50.000,00

Valores em R\$1,00



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO NOMINAL E MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA - MG

Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Nominal

DESCRICAÇÃO

O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normalizada pelo STN.

Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE NATERCIA - MG

Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Nominal

DESCRICAÇÃO

A câmara Municipal não possui dívida fundada interna, disponibilidade financeira, demais ativos financeiros, restos a pagar processados e receitas de privatização.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO XIV - MONTANTE DA DÍVIDA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III
ESPECIFICAÇÃO

		2005	2006	2007	2008	2009	2010
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)		288.108,41	247.276,45	200.000,00	150.000,00	100.000,00	50.000,00
DEDUÇÕES (II)		137.432,53	122.012,20	270.000,00	270.000,00	270.000,00	270.000,00
Ativo Disponível		218.737,66	402.819,84	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
Haveres Financeiros		23.457,16	17.664,34	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
(-) Restos a Pagar Processados		104.762,29	298.471,98	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)		150.675,88	125.264,25	-70.000,00	-120.000,00	-170.000,00	-220.000,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO MONTANTE DA DÍVIDA

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA - MG

Descrição: Dívida Consolidada

DESCRIÇÃO

O cálculo da Meta de resultado primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pelo STN, relativas as normas da contabilidade pública.

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE NATERCIA - MG

Descrição: Dívida Consolidada

DESCRIÇÃO

A Câmara Municipal não possui dívida fundada interna, disponibilidade financeira, Demais ativos financeiros, restos a pagar processados e receitas de privatização.

